

Patrimônio de quem?

: a candidatura das fortalezas de Anhatomirim e Ratonés à patrimônio mundial

Pedro Mülbersted Pereira

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal de Santa Catarina

Elison Antonio Paim

Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés (Santa Catarina — Brasil) integram o conjunto de 19 fortificações brasileiras indicadas a serem reconhecidas como patrimônio mundial pela UNESCO. Estas fortalezas, construídas em 1739, foram tombadas como patrimônio histórico nacional em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje Iphan), e são tuteladas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1979 e 1990, respectivamente. O presente artigo parte da candidatura destas fortalezas à patrimônio mundial para uma reflexão sobre o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses. Apontamos que perspectiva historiográfica é adotada neste processo e dá sustentação à patrimonialidade destas fortalezas, na relação com o conceito de patrimônio histórico, para identificar que história se quer contar a partir do patrimônio; pontuamos as continuidades e as rupturas entre as propostas para as fortalezas nas décadas de 1970 e 1980 e os projetos desenvolvidos pela universidade nestes espaços, hoje; analisamos como a candidatura à patrimônio mundial interfere no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, na gestão destas fortalezas pela UFSC e nas propostas de uso para estas fortalezas; e refletimos sobre o que significa estas fortalezas serem reconhecidas como patrimônio mundial, lançando mão de um referencial teórico em torno do filósofo Walter Benjamin e seus interlocutores, e autoras e autores que debatem o campo do patrimônio no Brasil.

Palavras-chave Fortalezas catarinenses – Patrimônio cultural – Patrimônio mundial – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Submissão

25/08/2022

Aprovação

16/12/2022

Publicação

29/05/2024

Whose Heritage? the Candidacy of the Fortresses of Anhatomirim and Ratonés to the World Heritage

Abstract

The Santa Cruz de Anhatomirim Fortress and the Santo Antônio de Ratonés Fortress are part of the set of 19 Brazilian fortifications indicated to be recognized as world heritage by UNESCO. These fortresses, built in 1739, were listed as national historical heritage in 1938 by the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN, today Iphan), and have been held by the Federal University of Santa Catarina (UFSC) since 1979 and 1990, respectively. The present article starts from the candidacy of these fortresses to the world heritage for a reflection on the process of patrimonialization of the Santa Catarina fortresses: we analyze what historiographical perspective is adopted in this process and gives support to the patrimoniality of these fortresses, in relation to the concept of historical heritage; the continuities and ruptures between the proposals for the fortresses in the 1970s and 1980s and the projects developed by the university in these spaces today; how the candidacy for world heritage interferes in the process of patrimonialization of Santa Catarina fortresses, in the management of these fortresses by UFSC and in the proposals for the use of these monuments; and what does it mean for these fortresses to be recognized as heritage of humanity. We use the theoretical framework of the philosopher Walter Benjamin and his interlocutors who debate the field of heritage in Brazil.

Keywords Santa Catarina Fortresses – Cultural Heritage – World Heritage – University – Federal University of Santa Catarina (UFSC).

¿El patrimonio de quién? la candidatura de las fortalezas de Anhatomirim y Ratonés a patrimonio mundial

Resumen

La Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim y la Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés (Santa Catarina — Brasil) forman parte del conjunto de 19 fortificaciones brasileñas indicadas para ser reconocidas como patrimonio mundial por la UNESCO. Estas fortificaciones, construidas en 1739, fueron catalogadas como patrimonio histórico nacional en 1938 por el Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (SPHAN, hoy Iphan), y están bajo la supervisión de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1979 y 1990, respectivamente. El presente artículo parte de la candidatura de estas fortalezas a patrimonio mundial para una reflexión sobre el proceso de patrimonialización de las fortalezas de Santa Catarina: señalamos que perspectiva historiográfica es adoptada en ese proceso y da sustento a la patrimonialización de estas fortalezas, en relación al concepto de patrimonio histórico, para identificar qué historia se quiere contar desde el patrimonio; las continuidades y rupturas entre las propuestas de las fortalezas en las décadas de 1970 y 1980 y los proyectos que desarrolla la universidad en estos espacios en la actualidad; cómo la candidatura a patrimonio mundial interfiere en el proceso de patrimonialización de las fortalezas de Santa Catarina, en la gestión de estas fortalezas por parte de la UFSC y en las propuestas de uso de estos monumentos; y qué significa que estas fortalezas sean reconocidas como patrimonio mundial, utilizando un referencial teórico en torno al filósofo Walter Benjamin y sus interlocutores, y autores y autoras que debaten el campo del patrimonio en Brasil.

Palabras-clave Fortificaciones catarinenses – Patrimonio cultural – Patrimonio mundial – Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

Construídas “pela coroa portuguesa a partir de 1739, as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa são essencialmente história. As pessoas fazem a história. As pessoas preservam a história”, diz a narração do vídeo documentário *De ruínas a Patrimônio Cultural da Humanidade*, produzido pela Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte), Agência de Comunicação (Agecom) e TV UFSC e disponível no YouTube. A produção celebra os 40 anos de gestão destas fortalezas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a candidatura das fortalezas de Anhatomirim e Ratonos à patrimônio mundial.

A UFSC é a instituição tutora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim desde 1979, da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos desde 1990, e da Fortaleza de São José da Ponta Grossa desde 1991. A universidade assumiu estas fortalezas com o objetivo de dar uso a estes bens culturais, em uma proposta que procurava conciliar a preservação do patrimônio à pesquisa científica, à cultura e ao turismo. Passadas quatro décadas, as fortalezas estão restauradas, são preservadas e mantidas pela universidade, e são atrativos turísticos do litoral catarinense. Entretanto, a UFSC não implementou todas as propostas de uso para as fortalezas, pouco integrou a gestão das fortalezas às demais atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas pela universidade em projetos, programas, laboratórios, departamentos, coordenadorias e outros setores.¹ Contudo, as ações desenvolvidas por agentes vinculados à esta universidade, ao longo destes 40 anos, apontam potencialidades a serem exploradas pela instituição — que ganham uma outra dimensão com a candidatura de duas destas fortalezas à patrimônio mundial.

Em nossa pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE-UFSC), grupo de pesquisa Patrimônio, Memória e Educação (PAMEDUC-UFSC) e grupo de pesquisa Rastros (USF), fazemos um exercício de escovar à contrapelo o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses por meio de uma pesquisa histórica sobre o patrimônio voltada para a educação, lançando mão de um referencial teórico em torno do filósofo Walter Benjamin e seus interlocutores, e autoras e autores que debatem o campo do patrimônio no Brasil.²

1 PEREIRA, P. M. *As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e São José da Ponta Grossa*. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

2 BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1).

A candidatura das fortalezas de Anhatomirim e Ratonés à patrimônio mundial é oportuna para uma reflexão sobre o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses. O presente artigo procura compreender como a candidatura à patrimônio mundial interfere no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, na gestão destas fortalezas pela UFSC e nas propostas de uso para estes monumentos. O que significa estas fortalezas serem reconhecidas como patrimônio mundial? Para isso, problematizamos como é construída a patrimonialidade destas fortalezas, identificando o conceito de patrimônio histórico mobilizado, a perspectiva historiográfica adotada neste processo, as propostas para as fortalezas nas décadas de 1970 e 1980 e as continuidades e as rupturas com relação aos projetos desenvolvidos pela UFSC nestas fortalezas, hoje.

O processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses

As fortalezas de Anhatomirim e Ratonés foram tombadas como patrimônio histórico nacional em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje Iphan).³ Entretanto, compreendemos a patrimonialização das fortalezas catarinenses⁴ para além dos marcos oficiais, mas como um processo que se dá em três movimentos: os discursos, os restauros, e os usos.⁵ Entendemos o campo do patrimônio como um campo de mudanças e permanências, marcado por disputas; são tensões quanto aos valores (artísticos e históricos), políticos (agentes envolvidos; projeto de nação, *de quem e para quem* fala o patrimônio), econômicos (uso), entre outros.⁶

3 O SPHAN foi criado através do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas. Desde então, a instituição adotou diferentes nomenclaturas: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937; Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) a partir de 1946; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir de 1970; em 1979 O IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), até 1990, quando foram extintas, e foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A partir de 1994, o IBPC é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nomenclatura que se mantém até hoje.

4 Em nossas pesquisas, utilizamos fortalezas catarinenses para nos referirmos às três fortalezas restauradas, preservadas e mantidas pela UFSC: Fortaleza de Anhatomirim, Fortaleza de Ratonés e Fortaleza da Ponta Grossa. Não incluímos em nossa pesquisa o Forte Santana, o Forte Santa Bárbara, o Forte Marechal Moura, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul de Araçatuba ou o Forte Marechal Luz, fortificações remanescentes em Santa Catarina, preservados ou não, porém tutelados por outras instituições.

5 PEREIRA, P. M. *O processo de patrimonialização de fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970-1992)*. Dissertação (Mestrado) — Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016; PEREIRA, P. M. *As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonés e São José da Ponta Grossa*. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

6 CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009; DELGADO, A. F. “Configurações do campo do patrimônio no Brasil”. BARRETO, Euder et al (Orgs.). *Patrimônio cultural & educação patrimonial*.

Portanto, o *patrimônio* não deve ser entendido com valor absoluto, que carregue significado em si mesmo, mas como uma construção histórica, cultural e social que evoca diferentes sentidos e pode ser lido de diferentes maneiras.

“Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”, questionava Walter Benjamin em 1933, no ensaio *Experiência e pobreza*.⁷ A partir do ideário benjaminiano, podemos experimentar uma outra abordagem para o patrimônio cultural, e, no âmbito desta pesquisa, lançar um outro olhar para as fortalezas de Anhatomirim e Rationes como bens culturais, para *escovar a contrapelo* o processo de patrimonialização destas fortalezas: o tombamento em 1938; a “redescoberta das fortificações catarinenses pelo Iphan” no final da década de 1960 e início da década de 1970;⁸ o *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de história brasileira* (1989-1991);⁹ e a candidatura à patrimônio mundial. Hoje, a Fortaleza de Anhatomirim e a Fortaleza de Rationes integram o conjunto de 19 fortificações brasileiras incluídas na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial proposta pelo Iphan à UNESCO, como uma candidatura de um bem seriado.¹⁰

As fortalezas de Anhatomirim e Rationes são monumentos de *pedra e cal*, construções militares luso-brasileiras do século XVIII, do período colonial; por isso, são tombadas como “testemunhas da história”, para dar “materialidade às representações da nação”, isto é, são selecionadas para integrar a “coleção de bens da cultura material que deveriam expressar a 'memória nacional' ou a produção cultural 'mais autêntica' da nação”.¹¹ Conforme Pereira e Oriá, neste contexto houve uma escolha por um conjunto de “determinados bens como representativos da memória nacional em detrimento de

Goiânia: Secretaria de Educação, 2008; FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

7 BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1). p. 124.

8 TONERA, R. “O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina”. *Atas virtuais Seminario regional de ciudades fortificadas*, Montevideo. v. 1, 2005. p. 2.

9 A página da UFSC informa que o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foi realizado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, entre 1988 e 1992, com o objetivo de “restaurar e revitalizar as fortificações construídas pela Coroa Portuguesa no século XVIII”. O projeto foi financiado por meio de um convênio entre a UFSC e a Fundação Banco do Brasil (FBB), “no valor aproximado de um milhão de dólares”, e “previa a conclusão da restauração da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, aberta à visitação pública em 1984 e já desde 1979 gerenciada pela UFSC”, a “restauração completa das fortalezas de Santo Antônio de Rationes e São José da Ponta Grossa, que passaram também para a gestão da UFSC, respectivamente, em 1991 e 1992” e a “consolidação das ruínas da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba (monumento sob a jurisdição do Exército Brasileiro)”. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.fortalezas.ufsc.br>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

10 O Iphan define bens seriados como “um conjunto de componentes/áreas individuais ou distintas e não contidas dentro de uma única fronteira”, que “podem estar bem próximos ou geograficamente remotos, mas todos estão dentro de um único país”, e ainda podem “incluir duas ou mais partes componentes, relacionadas por ligações claramente definidas”. INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013. p. 50.

outros, que pudessem mostrar ‘a cara’ multifacetada e pluriétnica do país’; privilegiou-se “cidades coloniais, monumentos, edificações antigas, obras de arte e sítios arqueológicos”, isto é, a “dimensão ‘pedra e cal’, ou seja, aquela restrita aos bens materiais edificados que foram alvo prioritário da ação preservacionista do Estado em contextos de destruição”.¹²

As concepções de Walter Benjamin sobre história e cultura nos levam a uma outra compreensão das questões envolvendo o campo do patrimônio no Brasil. Por este viés, podemos perceber a formação do cânon patrimonial como um butim, ou espólio; podemos questionar os silenciamentos e as ausências neste cânone — tanto com relação aos bens culturais selecionados quanto com relação às memórias evocadas a partir destes bens e deste cânone.

Maria Cecília Londres Fonseca afirma que “o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado” a partir do Estado Novo, compreendido por esta autora como “mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social”.¹³ É neste contexto que temos a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, vinculado ao Ministério da Educação (MES)¹⁴ no tempo da administração de Gustavo Capanema.¹⁵ Neste período, “o Sphan funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista”. Inicialmente, “a área do patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional”, haja visto que “a cultura produzida pelo Sphan sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com os

11 CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009. p. 206.

12 PEREIRA, J. S.; ORIÁ, R. “Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio”. *RESGATE*, v. 20, n. 23, 2012. p. 165-167.

13 FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 96.

14 O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi criado pelo presidente Getúlio Vargas com o Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, como órgão responsável pelos assuntos referentes à Educação, como a administração da educação escolar e educação extra-escolar, e referentes à saúde pública e assistência hospitalar. Com a criação do Ministério da Saúde, em 1953, o órgão é reorganizado como Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela Lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953, novamente sob a presidência de Getúlio Vargas. Educação e Cultura seriam dissociadas apenas em 15 de março de 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC) através do Decreto nº 91.144.

15 Gustavo Capanema Filho (10 de agosto de 1900 — 10 de março de 1985) foi Ministro da Educação entre julho de 1934 e outubro de 1945, sendo, até hoje, o ministro que mais tempo exerceu o cargo em toda a história do Brasil. Mineiro de Pitangui, era formado em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais (1923). Sua vida política ganha força com o apoio a Getúlio Vargas nas eleições de 1930 e o subsequente apoio à Revolução de 1930. Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, pelo nacionalismo e pelo conservadorismo, tomando partido do grupo católico frente ao grupo renovador, nos debates em torno da educação no Brasil naquele contexto. Sua vida política continuou após o fim do Estado Novo, tendo exercido cargos legislativos durante o período democrático e durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985).

instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo”.¹⁶ Entretanto, o grupo de intelectuais reunido no seio desta instituição alinhava-se aos propósitos do Estado Novo no sentido de construir uma identidade nacional brasileira — ecoando algumas das ideias do projeto modernista, ainda que com um sentido diferente daquele pretendido pelos intelectuais e artistas brasileiros vinculados à esta corrente de pensamento. Esses intelectuais e artistas tinham sua origem social nas classes médias e altas da sociedade brasileira à época — em termos benjaminianos, eram *herdeiros* das classes dominantes, e, conseqüentemente, o seu olhar para a cultura brasileira e a sua seleção do que poderia e/ou deveria ser preservado era um olhar educado pela perspectiva dos *vencedores*, até mesmo no que diz respeito aos vencidos — isto é, as manifestações culturais populares.

Podemos dizer que o grupo de intelectuais reunidos no Iphan na sua primeira fase, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade,¹⁷ foi responsável pela formação de um butim formado pelos bens culturais que expressavam a concepção de *herança* no sentido apontado por Benjamin.¹⁸ Esta formação se deu a partir do tombamento de bens isolados, os chamados “monumentos de pedra e cal”, por se tratarem, em geral, de construções luso-brasileiras do século XVIII e XIX: igrejas, casarões, prédios, fortificações — por exemplo, as fortalezas de Anhatomirim, Rationes, e Ponta Grossa. Nas palavras de Andréa Delgado: “o conjunto de bens tombados pelo Sphan constrói uma narrativa material ‘de pedra e cal’ de determinada história do Brasil consagrada como a História nacional, cuja matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”.¹⁹

Afirma-se o *valor histórico* destas fortificações, pelo processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, a partir de uma dada concepção historiográfica, ao mesmo

16 FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 98.

17 Rodrigo Melo Franco de Andrade (17 de agosto 1898 – 11 de maio de 1969) foi o primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com formação na área do Direito, atuou como jornalista em diversos jornais e revistas. Como editor-chefe da Revista do Brasil, deu espaço para os ideais do movimento modernista de 1922, com os quais simpatizava. Foi presidente do Sphan desde a sua fundação, em fevereiro de 1937, até 1967, e permaneceu no Conselho Consultivo da instituição até 11 de maio de 1969, quando faleceu.

18 De acordo com Jeanne Marie Gagnebin, para Walter Benjamin a cultura não pode ser compreendida meramente como “um conjunto de bens armazenados nos aposentos da memória humana universal”, nem tampouco de tradição (*Tradition*) ou herança (*Erbe*); ou, como aponta Mate, na perspectiva benjaminiana a tradição não pode ficar nas mãos dos tradicionalistas, na condição de “butim a serviço do vencedor”. Benjamin denuncia a perspectiva do historicismo, para a qual os bens culturais são os despojos “carregados no cortejo triunfal” do qual participam “todos os que até agora venceram”, conduzido pelos “dominadores de hoje” por sobre aqueles que “hoje estão prostrados no chão”. Nesta interpretação, os bens culturais são “as antigas propriedades dos vencidos convertidas agora em bens de consumo ou desfrute dos dominadores”. GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 213; BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1). p. 244; MATE, R. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo (RS): Ed. UNISINOS, 2011. p. 13 e 130.

19 DELGADO, A. F. “Configurações do campo do patrimônio no Brasil”. BARRETO, Euder et al (Orgs.). *Patrimônio cultural & educação patrimonial*. Goiânia: Secretaria de Educação, 2008. p. 104.

tempo que se privilegia uma narrativa histórica para *contar toda a história* destas fortalezas. E que história se quer contar a partir destas fortalezas patrimonializadas?

Uma história das (e para as) fortalezas catarinenses

A página da UFSC informa que o *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de história brasileira (1989-1991)* tinha o objetivo de “restaurar e revitalizar as fortificações construídas pela Coroa Portuguesa no século XVIII”.²⁰ Os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC também fazem alusão a esse projeto. O PDI de 2004-2009 aponta o *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na história brasileira* como o “maior projeto de restauração do sul do país, implicando um custo total de um milhão de dólares”, e que “resultou na restauração das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa, construídas no século XVIII para a defesa militar da ilha de Santa Catarina”. E ainda complementa: “Hoje, restauradas e preservadas pela Universidade, formam um complexo turístico visitado anualmente por cerca de 200.000 pessoas e fomentaram a criação de 300 empregos diretos na área do turismo”.²¹ O PDI de 2010-2014 dá continuidade a esse discurso quando afirma que tal projeto “foi um meio de levantar recursos e administrar a restauração e a revitalização de um conjunto de fortalezas coloniais da Ilha de Santa Catarina, a ilha em que se situa o município de Florianópolis, e de suas adjacências”.²²

O PDI do quadriênio 2015-2019, ao tratar sobre a cultura e as ações desenvolvidas pela SeCult, traz a consideração que “a UFSC é pioneira no gerenciamento e na preservação das fortificações militares de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa, construídas pelos portugueses no século XVIII”. Este documento também considera que “tais fortificações são fontes incontestáveis de conteúdo histórico na formação e desenvolvimento da Capital do Estado de Santa Catarina e celeiro inesgotável de possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária”.²³ O *item sobre preservação da memória e do*

20 PROJETO Fortalezas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *Coordenadoria das fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)*, 2022 [online]. Disponível em: «<https://fortalezas.ufsc.br/oprojeto/projeto-fortaleza-multimidia/>». Acesso em: abr. 2022.

21 UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina [UFSC]. *Plano de desenvolvimento institucional 2004 a 2009*. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 12.

22 UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina [UFSC]. *Plano de desenvolvimento institucional 2010 a 2014*. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 50.

23 UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina [UFSC]. *Plano de desenvolvimento institucional 2015 a 2019*. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 30.

patrimônio cultural repete que o “Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foi criado em 1989 com o objetivo de restaurar e revitalizar as fortificações construídas pelos portugueses durante o século XVIII, cuja função era a de proteger a Ilha de Santa Catarina”; e, naquele contexto, o setor da UFSC denominado Projeto Fortalezas “produz vídeos, folders, álbuns fotográficos, maquetes, exposições diversas e publicação de vários livros com intuito de divulgar esse patrimônio histórico agora restaurado, que se mantém como referência cultural e turística em Santa Catarina”.²⁴

A página e documentos da UFSC relacionam as fortalezas ao século XVIII e à ocupação militar da Ilha de Santa Catarina dentro do projeto colonial português, assim como o fazem os agentes envolvidos no processo de patrimonialização das fortalezas para justificar a intervenção nestes bens culturais.

O Reitor da UFSC Caspar Erich Stemmer, no discurso de abertura do seminário “O Mar e Seus Recursos”, ocorrido em março de 1980, na Fortaleza de Anhatomirim, afirmava que “Anhatomirim é um pedaço da história de Florianópolis”:

Anhatomirim é um pedaço da história de Florianópolis. Da história mais longínqua, com piratas, com a linha das Tordesilhas, com invasores ingleses, franceses e espanhóis. Da história mais recente, com o Coronel Moreira César, em 1894, ocupando Nossa Senhora do Desterro e prendendo, na sala aqui ao lado, quase trezentos homens, as figuras mais representativas da cidade, inclusive o Marechal Gama D’Eça, Barão do Batovi e herói de Guerra do Paraguai, juntamente com o filho, para em seguida, com requintes de perversidade, fuzilá-los todos, no “paredon”, em grupos diários de dez.

Este trágico acontecimento traumatizou profundamente a cidade de Nossa Senhora do Desterro. Não bastasse isso, foi mudado o nome da cidade para Florianópolis, para que seus habitantes não mais esquecessem que estavam numa república e sob o governo do Marechal Floriano Peixoto. Ainda hoje, na história de muitas famílias está viva a lembrança de antepassados mortos em Anhatomirim.²⁵

O Reitor Stemmer, neste mesmo discurso, vislumbrava a Ilha de Anhatomirim sendo “visitada por milhares de turistas. Não por turistas desorientados, que escrevem e jogam resíduos por toda parte, mas sim por turistas acompanhados e orientados por guias treinados” — o que, na sua concepção, seria “uma tarefa interessante para os nossos estudantes de história, geografia ou letras, os quais, a par de ampliarem sua cultura no contato com o turista, poderão ter uma boa fonte de renda”.

24 UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina [UFSC]. *Plano de desenvolvimento institucional 2015 a 2019*. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 52.

25 TONERA, R. *Fortalezas multimídia: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, FAPEU, 2001. [CD-ROM].

Os turistas levarão assim, não só uma imagem de beleza natural da costa catarinense, mas também uma imagem da história e da cultura de nosso povo. Quem volta para casa, de uma visita à ilha de Anhatomirim, sem guia, pouco poderá contar. Porém, um bom guia, poderá contar muito, de cada prédio, de cada fortaleza, de cada pedra, de cada árvore desta ilha.²⁶

A Fortaleza de Anhatomirim foi aberta à visitação turística em 1984. A partir de 1988, a fortaleza passou a contar com “guias de turismo preparados pela universidade” — estudantes dos cursos de graduação da UFSC que recebiam um treinamento para atuarem como guias de turismo na fortaleza —, responsáveis por contar “toda a história” em um “passeio pelas construções do século XVIII”, além da exibição de um vídeo produzido pela universidade. Esta era uma das ações desenvolvidas pela Divisão de Turismo Educativo, integrada por Gilka Reinert Ribas e Vicente Volnei de Bona Sartor, vinculada ao Departamento de Auxílio a Extensão (DAEx) da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão sob a coordenação de Maria de Lourdes de Souza, durante na gestão do Reitor Bruno Schlemper Jr.²⁷

O Programa de Turismo Educativo, elaborado pelos agentes da Divisão de Turismo Educativo da UFSC no íterim do *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na história brasileira*, propunha uma série de atividades para valorizar o “complexo da Fortaleza [de São José da Ponta Grossa] e sua importância para a história local e internacional”, detalhadas nos programas regulares e especiais, a saber: teatro aberto; exposição museológica, de fotografias do processo de recuperação da fortaleza, de maquetes das fortalezas; recepção e orientações dos visitantes por guias turísticos treinados e curso oferecido pela UFSC; programas educacionais; escavações arqueológicas; interpretação militar e interpretação das condições de vida no quartel no século XVIII; demonstrações militares; tour noturno pela fortaleza, além da realização da Abertura da Temporada de Verão e de mostras artísticas diversas. Essas ações seriam “reforçadas ou substanciadas através de pesquisas, arqueologia, exposições, programas diversos, publicações e outras técnicas educacionais apropriadas”. Essas atividades, assim como os vídeos, panfletos, folders e livros elaborado pela UFSC tinham como objetivo contar para os visitantes “toda a história” das fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

26 TONERA, R. *Fortalezas multimídia: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, FAPEU, 2001. [CD-ROM].

27 “UMA boa opção é ir a Anhatomirim”. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 11 jan. 1990. Acervo do Iphan, pasta 81. p. 10; SOUZA, M. de L. de; SARTOR, V. V. de B.; RIBAS, G. R. “Turismo Educativo”. *Jornal Universitário*, Universidade Federal de Santa Catarina, dez. 1991.

Armando Luiz Gonzaga afirmava, em entrevista de abril de 1990: “Hoje, vendo as fortalezas quase inteiramente restauradas e recebendo milhares de visitantes, sinto orgulho de haver contribuído com uma pequena parcela, desse imenso esforço de muitos, para o resgate de nossa História”.²⁸

Em 2014 e 2016, a UFSC coordenou, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e Área de Proteção Ambiental (APA) Anhatomirim, o curso de capacitação de condutores culturais e ambientais para APA de Anhatomirim, voltado para os guias que atuam na Fortaleza de Anhatomirim. Destacamos da programação destes cursos as palestras de Joi Cletison,²⁹ “Ocupação do Brasil Meridional e as fortalezas administradas pela UFSC”; Roberto Toner,³⁰ “Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina” e “Banco de dados internacional sobre as fortificações: www.fortalezas.org”; e Gelci José Coelho “Peninha”,³¹ “Herança cultural açoriana” — os três vinculados à UFSC. É possível identificar nestas palestras uma continuidade da concepção patrimonial de *pedra e cal* e de uma perspectiva historiográfica tradicional, mobilizado desde o início do processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses.

Em sua palestra, Joi Cletison aborda a construção das fortalezas catarinenses no contexto histórico da ocupação de terras no Brasil meridional, apontando cinco marcos históricos: “1494 - Tratado de Tordesilhas; 1580 a 1640 - União Ibérica; 1681 - Tratado de Uti Possidetis; 1738 - Fortificação da Ilha de Santa Catarina; 1748 - Chegada dos

28 Armando Gonzaga era graduado pela Escola Naval do Rio de Janeiro (1955), tendo sido oficial da Marinha, alcançando o posto de Capitão de Corveta; também possuía formação em Direito. Era empresário do ramo da construção civil, tendo assumido a construtora A.Gonzaga (fundada por seu pai Admar Gonzaga) logo após ter saído da Marinha, em 1967. Foi Diretor Geral do Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina (DEATUR), e, em 1968, viabilizou a intervenção do Iphan nas fortalezas catarinenses, estabelecendo contato com Luís Saia. Ele mesmo se dizia “uma ligação não oficial” entre a Marinha, o Iphan e a UFSC, neste processo. Era vinculado à Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), participando do Conselho Superior e também ocupou o cargo de vice-presidente e presidente da associação; foi presidente da Associação dos Amigos do Museu Victor Meirelles (AAMVM), conselheiro da Fundação Vidal Ramos, entre outros. É lembrado pela sua defesa das fortalezas e do patrimônio cultural em Santa Catarina. GONZAGA, 1990. TONERA, R. *Fortalezas multimídia: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, FAPEU, 2001. [CD-ROM].

29 Joi Cletison é historiador e especialista em história de Santa Catarina; é diretor do Núcleo de Estudos Açorianos (UFSC). Atuou na direção do Departamento Artístico Cultural da UFSC e em diversas instituições culturais no Estado de Santa Catarina. Atua como fotógrafo há mais de 30 anos.

30 Roberto Toner é arquiteto e especialista em Engenharia Civil; é servidor público (arquiteto e urbanista) da UFSC desde 1987; atuou nas obras de restauro nas fortalezas de Anhatomirim, Ratones e Ponta Grossa durante a execução do projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na História Brasileira. É coordenador do Projeto Fortalezas Multimídia, projeto de extensão da UFSC, em atividade desde 1995. É o idealizador do Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações www.fortalezas.org. Tem uma vasta produção sobre as fortalezas catarinenses, sendo autor de livros e diversos artigos em publicações acadêmicas e não acadêmicas.

31 Gelci José Coelho “Peninha” é historiador, museólogo, foi servidor da UFSC tendo atuado junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE) e Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). Foi colaborador próximo de Franklin Cascaes, artista, folclorista e professor catarinense.

primeiros casais açorianos à Nossa Senhora de Desterro (hoje Florianópolis)”, seguido da data de fundação das vilas/cidades de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna com as respectivas datas e bandeirantes fundadores. Abordou aspectos históricos, geográficos e socioculturais do Arquipélago dos Açores, e aponta o papel dos açorianos na “consolidação das fronteiras do Brasil” e para o “Brasil Meridional ser Português”, bem como as suas contribuições na “arquitetura (técnicas construtivas); economia (engenhos, transportes marítimos, outros); infraestrutura para povoamento Santa Catarina; cultura (folclore, artesanato, gastronomia, religiosidade, medicina popular, danças, mitos/crendices, língua -modo de falar)”, e outros.³²

As palestras de Toneria partem dos mesmos marcos históricos que a de Joi Cletison, e se concentra em apresentar o material sobre as fortificações catarinenses reunidas no CD-ROM *Fortalezas Multimídia* e no Banco de dados mundial sobre fortificações www.fortalezas.org, com mapas e fotografias das três fortalezas da UFSC e outras que não estão sob a tutela desta universidade. Toneria também apresenta a funcionalidade do banco de dados como uma “plataforma virtual específica sobre patrimônio fortificado, construída de forma compartilhada e colaborativa, disponível gratuitamente na internet”.³³

Gelci José Coelho “Peninha” apresenta, em sua palestra, a herança cultural açoriana através da obra de Franklin Cascaes,³⁴ com destaque para a pesca artesanal, boi-de-mamão, Festa do Divino, Corpus Christi e outras manifestações culturais açorianas na Ilha de Santa Catarina e região.³⁵ Entretanto, nas palestras de Coelho e Cletison não se estabelece claramente uma relação entre as contribuições culturais dos açorianos e a

32 CLETISON, J. “Ocupação do Brasil Meridional e as fortalezas administradas pela UFSC”. *Curso de capacitação para APA de Anhatomirim*, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://cursoapadeanhatomirim.paginas.ufsc.br/files/2014/12/Apresentacao_Joi.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

33 TONERA, R. *Fortalezas multimídia: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, FAPEU, 2001. [CD-ROM]; TONERA, R. “O Sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina”. *Curso de capacitação para APA de Anhatomirim*, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://cursoapadeanhatomirim.paginas.ufsc.br/files/2014/12/Curso_capacitacao_Guias_2014_a.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

34 Franklin Joaquim Cascaes (16 de outubro de 1908 - 15 de março de 1983) foi um pesquisador da cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina e região. Trabalhou com os saberes e os fazeres populares, registrando o cotidiano, a cultura, e o imaginário açoriano-catarinense em desenhos, esculturas, textos. A divulgação do seu trabalho teve início em 1974. O acervo “Coleção Professora Elizabeth Pavan Cascaes” está sob a guarda da Universidade Federal de Santa Catarina no MArquE (Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral), e contém aproximadamente 3.000 peças em cerâmica, madeira, cestaria e gesso; 400 gravuras em nanquim; 400 desenhos a lápis e o conjunto de escritos (contos, crônicas, cartas, entre outros) sobre as memórias e experiências da população desta região do litoral catarinense.

35 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Museu Universitário. “Herança Cultural na Base Açoriana: ilustrada com obra de Franklin Joaquim Cascaes”. *Curso de capacitação para APA de Anhatomirim*, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://cursoapadeanhatomirim.paginas.ufsc.br/files/2014/12/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Herana%C3%A7a-Cultural-de-Base-A%C3%A7oriana.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

construção das fortalezas, apenas o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina e o povoamento açoriano-madeirense eram políticas coloniais portuguesas para esta região em meados do século XVIII. Há, portanto, uma distinção entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial, isto é, dissocia-se os bens de pedra e cal dos bens intangíveis.

Desde a década de 1970, o Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina abriga o acervo de Franklin Cascaes. Entretanto, não há qualquer relação entre este acervo que materializa o imaginário ilhéu e a narrativa histórica materializada nas fortalezas. A produção de Cascaes, que dá forma à cultura local — representante da diversidade cultural brasileira —, não encontra espaço junto às muitas “histórias para contar” destes espaços, mesmo quando as fortalezas são relacionadas à herança cultural açoriana.

O Reitor Stemmer considerava aliar o trabalho de “restaurar uma construção histórica” como a Fortaleza de Anhatomirim à “ampliação de nosso Museu Universitário” — que o mesmo considerava uma “obra de indiscutível importância para a preservação de nosso patrimônio histórico-cultural e poderoso recurso didático para vários cursos de graduação e pós-graduação”. Entretanto, não foi possível identificar qualquer iniciativa nesta direção. Os PDI da UFSC (2009; 2015), destacam o Museu Universitário — Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE), o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina e o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) no item sobre preservação da memória e do patrimônio cultural, porém, sem que haja qualquer relação entre as ações e atividades realizadas nestes no museu, no núcleo de estudos e nas fortalezas.

A história que se conta sobre as fortalezas — e a partir das fortalezas — é precisamente aquela História a que Carola, Wolff e Silva classificam como a historiografia tradicional catarinense, “uma História narrativa, baseada especialmente em fontes oficiais” — e, no caso de Santa Catarina, também nos relatos de viajantes —, “normalmente referenciada nos fatos políticos”, e “cujos personagens são os chamados grandes homens”.³⁶ Este paradigma historiográfico compõe uma narrativa histórica linear, determinista, que sacraliza os mitos fundadores da Pátria, limitando-se a “estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história”, narrando os fatos “como quem desfia entre os dedos as contas de um rosário”.³⁷ Esta História compõe a matriz discursiva da concepção patrimonial de *pedra e cal*, própria da *fase heróica* do patrimônio, conforme Delgado, Fonseca e Chuva.

36 CAROLA, C. R.; WOLFF, C. S.; SILVA, J. G. “A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos”. GLEZER, R. et al. *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 304.

37 BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1). p. 252.

As fortalezas catarinenses testemunhavam uma história que começa no século XVIII, com a construção do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina por José da Silva Paes³⁸ atreladas à política de povoamento da região no contexto das disputas entre Portugal e Espanha pelo sul da América do Sul; uma história atravessada pela invasão espanhola, em 1777, pelo descrédito, abandono e arruinamento no século XIX, ou a conversão da Fortaleza de Santa Cruz em capitania dos portos, ou da Fortaleza de Santo Antônio em lugar de isolamento par doenças contagiosas; pela Guerra do Paraguai; pela Revolução Federalista em 1895 e as execuções sumárias por ordem do Coronel Moreira César; e, menos recuado no tempo, pelas duas guerras mundiais. Em outras palavras: uma história política, militar, factual, contada do ponto de vista dos *vencedores* — o império colonial português, o Estado brasileiro —, contada como uma narrativa única, hegemônica, total.

A partir de Benjamin, podemos ler a dimensão de cultura e barbárie em um duplo movimento na constituição do patrimônio histórico e cultural como butim: de um lado, os bens culturais dos colonizadores portugueses são escolhidos como representantes da identidade e origem da nação: igrejas, casarões, palácios, edifícios oficiais, fortificações militares; por outro, a história do ponto de vista do vencedor é materializada a partir destes bens selecionados. Neste sentido, as fortalezas de Anhatomirim, Rationes e Ponta Grossa, na condição de bens culturais tombados, podem ser entendidas como documentos de cultura e documentos da barbárie, simultaneamente: se o conjunto de bens selecionados como patrimônio histórico e cultural é o butim dos vencedores, então estas fortalezas fazem parte dos despojos carregados no “cortejo triunfal” conduzido pelos vencedores por sobre os *vencidos da história*.³⁹

Márcia Chuva afirma que “o Sphan investiu no projeto de construção da nação, consagrando uma história concreta, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional apresentado”. O tombamento das fortalezas de Anhatomirim, Rationes e Ponta Grossa faz parte do processo de construção da nação e de uma “memória nacional” — uma memória que, no “contexto de nacionalização do Estado brasileiro”, impunha unidade em detrimento de “qualquer feição plural da

38 José da Silva Paes (Lisboa, 25 de outubro de 1679 — Lisboa, 14 de novembro de 1760) foi um oficial militar e engenheiro militar português. Walter Piazza (1988) o denomina como o “estruturador do Brasil meridional”, pela sua atuação no projeto colonial português no sul do Brasil. É o autor do projeto de uma gama de fortificações na costa brasileira em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; foi o autor de outros projetos de obras civis. Foi o governador da capitania do Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), em 1737, e de Santa Catarina, de 1739 a 1743 e de 1746 a 1749. É o autor do projeto arquitetônico das fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Rationes, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul de Araçatuba.

39 BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1). p. 244.

nação”.⁴⁰ A partir do referencial de Benjamin, podemos questionar que outras memórias existem sobre estas fortalezas, que não aquelas identificadas com esta “memória nacional”, isto é, memórias dos sujeitos, grupos e setores subalternizados da sociedade — os vencidos da história.

À esta História, Nilton Mullet Pereira chama de *história maior*, uma narrativa “estrutural, que recobre, em regra, tempos longos e descreve tempos contínuos e sequenciais, que é “baseada na descrição de grandes arranjos estruturais e sistêmicos, que conduz a constituição de esquemas explicativos de uma época e de um período determinado”, excluindo as “descontinuidades e as diferentes alternativas que se apresentam a cada momento”. A *história maior* se constitui como “parte de um processo complexo de construção de adesões, interpelações e constituições de subjetividades, que excluem e silenciam ao estabelecer parâmetros definitivos ao passado na forma de História”; essa narrativa da *história maior* se revela como história “limpa”, depurada da *desrazão*, do inexplicável, dos acontecimentos que rompem com as lógicas e fazem fendas nas estruturas”. A *história maior* é “progressiva e evolucionista”, e, como tal, podemos identificar como um “produto da colonialidade”; esta história fixa o olhar “apenas numa linha [...] impedindo os desvios, os acontecimentos, as vidas e os corpos de terem um lugar de memória ou fazendo com que seus lugares de memória sejam negligenciados pelos (as) estudantes”.⁴¹ É uma narrativa que exclui as dinâmicas do cotidiano, do dia a dia, do *fazer* e do *saber*. Esta narrativa possui uma sequência, porém sem dinâmicas; possui *personagens*, mas não há *sujeitos*.

É possível pensarmos uma outra patrimonialidade para estas fortalezas a partir de uma outra perspectiva, isto é, uma patrimonialidade para além da condição de “butim a serviço do vencedor” — significados, sentidos e valores impingidos a estes bens culturais do ponto de vista dos vencedores e seus herdeiros.⁴²

40 CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009. p. 207.

41 PEREIRA, N. M. “Ensino de História e resistência: notas sobre uma história menor”. PAIM, E. A. (Org.). *Patrimônio cultural e escola: entretecendo saberes*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. p. 229-233.

42 MATE, R. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo (RS): Ed. UNISINOS, 2011. p. 130.

Uma outra patrimonialidade das fortalezas catarinenses: outros sujeitos, outras histórias, outras memórias

O *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na história brasileira* deu origem a uma série de subprojetos relacionados às fortalezas catarinenses, dentre estes o subprojeto “Resgate Oral das Estórias das Fortalezas”. Através deste projeto foram entrevistados moradores de comunidades de diferentes localidades da Ilha de Santa Catarina e região. O livro *Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo*, de Carlos Eduardo Uchôa, foi o resultado deste subprojeto.⁴³

Este subprojeto tinha como objetivo “resgatar a memória popular das fortalezas, como meio de ampliar o acervo existente sobre elas” através de relatos orais como “uma forma de resgatar a cultura que nem mesmo as mais completas e pormenorizadas pesquisas bibliográficas e documentais podem atingir”. Na visão do Uchôa, o conjunto de “páginas e mais páginas baseadas em livros, teses e documentos” sobre as fortalezas catarinenses “ainda apresenta inúmeras lacunas” e os “poucos trabalhos existentes viciam descrevê-las apenas sob o ponto de vista histórico e/ou arquitetônico”. Segundo o autor, essa obra “explora a narrativa popular, entremeando-a com análises antropológicas”. A proposta era “atingir o público em geral”, e, assim, “despertar o leitor para consciência da valorização de patrimônios culturais” ao contribuir para “popularizar um pouco mais a história de Santa Catarina”, bem como “permitir, ao já iniciado, aprofundamento de seus conhecimentos sobre as fortalezas catarinenses, através de uma nova visão a respeito delas”.⁴⁴

Ainda que o autor critique a abordagem historiográfica tradicional sobre as fortalezas, a pesquisa se orientou pelos marcos estabelecidos por esta perspectiva. Podemos perceber que a historiografia tradicional ainda é tomada como referência quando o autor faz distinção entre história e estórias, como o próprio título da obra dá a entender: distingue-se os fatos do *misticismo*, as fontes documentais e as fontes orais. Identificamos, também, que a pesquisa não dialoga com os pressupostos teóricos e metodológicos da história oral, que estava se consolidando como campo de pesquisa no Brasil naquele mesmo contexto. Contudo, é válido destacar que se trata de um dos primeiros esforços de “apreender a narrativa popular sobre as fortalezas, um misto de

43 O subprojeto “Resgate Oral” reuniu estudantes da UFSC de diferentes cursos: Carlos Eduardo Uchôa (Engenharia Mecânica), Josiane Therezinha Macedo (Ciências Sociais), Francisco José Cidral Filho, Valeska Frentas, Silvano Müller e Luciane Baretta (Letras); entre-tanto, apenas Uchôa se manteve na pesquisa, até fevereiro de 1991. Nota-se que não consta na equipe nenhum estudante de História. UCHÔA, C. E. *Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

44 UCHÔA, C. E. *Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. p. 11-16.

ficção e realidade numa dimensão atemporal”, conforme as palavras de Maria de Lourdes de Souza na apresentação do livro.⁴⁵

As *estórias* contadas por Uchôa estabelecem uma relação entre as fortalezas e a colonização do sul do Brasil, passando pelos marcos tradicionais da história: a invasão espanhola em 1777, a Revolução Federalista em 1894, a Revolução de 1930 e outros. São narrativas sobre a construção, o abandono e a restauração das fortalezas; sobre as tocas de pedra, as mortes de Anhatomirim, cemitérios em Anhatomirim e praias próximas; histórias de marinheiros, de assombração, de tesouros escondidos, de túneis secretos, e outras. A pesquisa teve acesso à estas *estórias* mediante entrevista com pessoas das comunidades próximas às fortalezas de Anhatomirim, Rationes, Ponta Grossa e Araçatuba e de outras localidades da Ilha de Santa Catarina como São José, Enseada de Brito, Governador Celso Ramos e outras do continente próximo.

Além da UFSC, na década de 1990 a 11ª CR-IBPC⁴⁶ também voltou sua atenção para as fortalezas catarinenses. Os projetos “A Comunidade de São José da Ponta Grossa: leitura sócio-cultural das mulheres rendeiras” (1991) e “Memória Trans-Formação” (1991), elaborados por Lourdes Rossetto e Rossano Antenuzzi, voltados para a comunidade do entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa e que seriam desenvolvidos simultaneamente à restauração da referida fortaleza. Esses projetos tinham como foco as mulheres rendeiras e os pescadores artesanais da comunidade vizinha à fortaleza, a comunidade de São José da Ponta Grossa na Praia do Forte, e tinha como objetivo identificar e valorizar as atividades de referência cultural da comunidade: a renda de bilro e a pesca artesanal.⁴⁷

Para a leitura sócio-cultural, Rossetto e Antenuzzi entrevistaram as mulheres rendeiras e outros moradores desta comunidade. Algumas destas entrevistas transcritas foram anexadas ao Projeto “Memória Trans-Formação” (1991), portanto é possível vislumbrar indícios das experiências daquela comunidade: a produção da renda de bilro, o cotidiano das rendeiras, relações familiares, e, entre outros assuntos, histórias sobre a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Nestas narrativas, a história é contada a partir das memórias dos sujeitos desta comunidade: quando o “navio baleou o outro e baleou a Fortaleza”, e por causa da “guerra [...] botó fogo na fortaleza”; a avó que “cozinhou na Fortaleza [...] pr’aqueles soldados grande, aqueles soldado que vinham

45 UCHÔA, C. E. *Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. p. 16.

46 À época, A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/FNpM) foi extinta, e, em seu lugar, criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

47 Através destes projetos, técnicos do Iphan apresentaram uma proposta de uma ação cultural para os moradores desta comunidade, que envolvia as atividades de referência cultural da comunidade com o patrimônio histórico. Além dos conceitos de referência cultural, esses projetos também mobilizavam o conceito de educação patrimonial.

comer do navio em terra”; quando “os soldados de Inhatomirim [vinham] prá toca aqui” nos bailes da comunidade; aparições dos soldados que “tava tudo morto”; a avó que “vendia renda no forte pros marinheiros”, e, hoje, “Nós fazemo durante o inverno prá vendê no turismo no verão e elas faziam esperando que os marinheiros viessem prá vende; quer dizer que a nossa renda, sempre através do forte é que nós vendemos”; que “nós tinha isso aqui [Fortaleza] como se fosse da gente. Agora depois desses anos pra cá é que a gente diz que é do exército”.⁴⁸

Tanto o projeto Memória Trans-Forma-Ação quanto o subprojeto Resgate Oral das Estórias das Fortalezas abrem brechas para acessarmos memórias e experiências outras sobre as fortalezas catarinenses. Embora estes projetos orientassem-se por perspectivas diferentes, em ambos podemos identificar lampejos de histórias contadas do ponto de vista dos de baixo, isto é, os moradores das comunidades do entorno das fortalezas, pescadores, rendeiras, marinheiros, soldados, comerciantes, guias de turismo e outros sujeitos são chamados a contar suas próprias histórias, memórias e experiências envolvendo estes monumentos.

As comunidades do entorno das fortalezas de Anhatomirim, Ratonas, Ponta Grossa e Araçatuba são ricas em memórias e experiências com estas fortalezas. Esses locais foram palco para as mais diversas experiências vividas por diferentes sujeitos nas comunidades espalhadas pela Ilha de Santa Catarina e região, que deram origem às histórias registradas por Uchôa e por Rossetto e Antenuzzi. São *histórias menores* capturadas no relampejar como fragmentos de memória de tempos que se entrecruzam.⁴⁹ São histórias que atravessam gerações, carregam um sentido para quem as narrou, e contém elementos que configuram uma identidade própria dos *manezinhos*.⁵⁰ Transcorridas três décadas, é possível que algumas destas histórias tenham sobrevivido ao tempo, passadas de geração em geração, assim como a renda de bilro e a pesca artesanal.

Estas narrativas populares sobre as fortalezas abrem expedientes para pensar uma outra patrimonialidade destes bens culturais, a partir de outras histórias, memórias e experiências de outros sujeitos. Estes expedientes nos levam a questionar os passados

48 PEREIRA, P. M. As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonas e São José da Ponta Grossa. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. p. 195-199.

49 PEREIRA, N. M. “Ensino de História e resistência: notas sobre uma história menor”. PAIM, E. A. (Org.). *Patrimônio cultural e escola: entretecendo saberes*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

50 *Mané da ilha, manezinho* ou apenas *mané* é uma expressão para se referir aos moradores “nativos” de Florianópolis, outrora depreciativa, hoje ressignificada como uma expressão carinhosa. ROTHBARTH, R. P. *De perdido no mar à magia ilhéu: a ressignificação do termo mané da ilha nas décadas de 1970 - 1980*. TCC (Graduação) — Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ausentes, isto é, os silenciamentos ao longo do processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses.⁵¹ É preciso reconhecer outros sujeitos que fazem parte desta história: os soldados que serviam nestas unidades militares nos séculos XVIII, XIX e XX, bem como suas famílias; os africanos, afro-brasileiros e indígenas escravizados que ergueram estas construções; os sujeitos isolados na Fortaleza de Ratonos com doenças contagiosas, no século XIX; os prisioneiros políticos executados sumariamente na Fortaleza de Anhatomirim durante a Revolução Federalista; os trabalhadores da construção civil que trabalharam nas obras de restauração destas fortalezas nas décadas de 1970 a 1990; as rendeiras, os pescadores, os comerciantes, os guias, entre outros.

Estes sujeitos nos apontam para uma outra relação possível com o patrimônio histórico consagrado, a partir das suas histórias. Estas narrativas são indícios de que é possível trabalhar com o tema das fortalezas a partir de outras perspectivas, para além da concepção patrimonial de *pedra e cal*. Conforme Pereira e Oriá, no final do século XX o conceito de patrimônio histórico foi ampliado para o conceito de patrimônio cultural, “para além da sua dimensão ‘pedra e cal’, ou seja, aquela restrita aos bens materiais edificados que foram alvo prioritário da ação preservacionista do Estado em contextos de destruição”, passando a ser “pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”.⁵² Significa que “se rompe com a visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes” — isto é, os *vencedores* e seus herdeiros — e se passa a incorporar “os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira”. Assim, “enuncia-se nova abordagem educativa do patrimônio, convocada pela dinamicidade e processualidade da cultura”. Esta nova abordagem nos convoca a considerar a dimensão imaterial do patrimônio material.⁵³

Neste sentido, ainda existem muitas vidas frustradas sob as ruínas restauradas das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa;⁵⁴ ainda existem histórias que precisam ser contadas e valorizadas tanto quanto as histórias já consagradas pelo processo de patrimonialização. É preciso contar estas outras histórias através de

51 MATE, R. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo (RS): Ed. UNISINOS, 2011.

52 PEREIRA, J. S.; ORIÁ, R. “Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio”. *RESGATE*, v. 20, n. 23, 2012. p. 165-166.

53 PEREIRA, P. M. *As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e São José da Ponta Grossa*. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

54 MATE, R. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo (RS): Ed. UNISINOS, 2011.

interpretações que não se detenham apenas no século XVIII e que vão além do aspecto militar destas fortificações; teatro aberto, exposição museológica, fotográfica e maquetes que representem outros usos das fortalezas e outros personagens históricos; programas educacionais desenvolvidos em parceria com as escolas e com as comunidades; e outras. Para tanto, é preciso haver um planejamento para estas fortalezas por parte da UFSC, para que as fortalezas de Anhatomirim, Ratonés e Ponta Grossa sejam assumidas como “centros culturais e de educação complementar sob a gestão da UFSC voltados ao desenvolvimento de ações e de atividades de educação patrimonial e ambiental, artístico-culturais, turismo cultural e educativo”, como define a proposta dos agentes da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC).⁵⁵

Em que medida a candidatura da Fortaleza de Anhatomirim e da Fortaleza de Ratonés aponta para uma outra abordagem do patrimônio? A candidatura representa, ao mesmo tempo, uma continuidade do processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses e abre possibilidades de uma outra patrimonialidade destes bens culturais.

De acordo com o Iphan, o conjunto de 19 fortificações que integram a Lista Indicativa a Patrimônio Mundial “representa as inúmeras construções defensivas implantadas no território nacional, nos pontos que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais do Brasil”.⁵⁶ E de acordo com a página da UFSC:

O mote para se tornarem Patrimônio Mundial diz respeito à participação dessas fortalezas na construção das fronteiras do Brasil — um país de dimensões continentais. As representantes do sul estão na lista indicativa pois foram construídas no século XVIII como forma de manter o controle da Coroa Portuguesa na região. Hoje, elas são patrimônios físicos ainda preservados da história colonial de formação do nosso país em Santa Catarina.⁵⁷

A candidatura procura legitimar a patrimonialidade destas fortalezas com base em uma perspectiva histórica tradicional, focada no período colonial, especialmente o século XVIII — porém não apenas como patrimônio histórico *nacional*, mas como patrimônio *mundial*. Em outras palavras, o que justifica a inscrição destes bens no panteão de bens a serem reconhecidos e preservados como patrimônio mundial é a sua vinculação a uma dada perspectiva de história mundial: relaciona-se a construção destas

55 PEREIRA, P. M. *Entrevista com Roberto Tónera (UFSC)*. 2020 (2h34m58s). Disponível em: <<https://youtu.be/fQ3vkIsCKKg>>. Acesso em: dez. 2020.

56 INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Fortificações brasileiras*. 2022. [online] Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609/>>. Acesso em: abr. 2022.

57 “UFSC gere fortalezas da Baía Norte há 42 anos”. *Notícias da UFSC*, 22 nov. 2021. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2021/11/ufsc-gere-fortalezas-da-baia-norte-ha-42-anos/>>. Acesso em: dez. 2022.

fortalezas ao estabelecimento e expansão de um projeto colonial europeu, ou seja, ao império ultramarino português, e, posteriormente, ao Estado brasileiro.

Contudo, a candidatura também abre outras possibilidades. A *Carta de Recife* é o documento resultante do primeiro Seminário Internacional Fortificações Brasileiras — Patrimônio Mundial, realizado em Recife (PE), no Forte das Cinco Pontas (Museu da Cidade do Recife), entre os dias 04 e 07 de abril de 2017, estabeleceu recomendações para construir uma estratégia única de gestão para as 19 fortificações brasileiras indicadas a Patrimônio da Humanidade, em 10 diretrizes:

1. Promover o uso sustentável para assegurar a preservação do bem, garantindo sua conservação e manutenção;
2. Fomentar a gestão do conhecimento para preservar a memória e estimular o turismo cultural;
3. Implementar estratégias de comunicação para a valorização e divulgação das Fortificações;
4. Promover a interpretação do Patrimônio para ampliar a compreensão sobre o bem cultural e proporcionar meios de qualificar a experiência da visita;
5. Estimular iniciativas de educação patrimonial que favoreçam a apropriação das Fortificações a partir do conceito ampliado de Patrimônio Cultural;
6. Promover a certificação das Fortificações como destinos patrimoniais no desenvolvimento do Turismo Cultural no Brasil;
7. Empreender iniciativas de Qualificação para o Turismo Cultural tomando como base de referência as Fortificações;
8. Estimular a gestão compartilhada das Fortificações de forma a propiciar a participação da população nesse processo;
9. Identificar e promover formas inovadoras de fomento entre entidades públicas e privadas na gestão das Fortificações;
10. Promover a integração do “Conjunto de Fortificações do Brasil” e o respeito às especificidades de cada componente, de modo a estabelecer uma matriz de responsabilidades para a sua Governança.⁵⁸

Chamamos a atenção para a diretriz que estimula a “gestão compartilhada das Fortificações” — o que nos remete à parceria entre UFSC, Iphan, Marinha e Exército e outras instituições no processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses —, porém apontando para a “participação da população nesse processo”, o que, por sua vez, nos remete ao Projeto Memória Trans-Forma-Ação (1991).

58 INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. MINISTÉRIO da Cultura. MINISTÉRIO do Turismo. MINISTÉRIO da Defesa. *Carta do Recife*. Recife, 07 de abril de 2017. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/3280.pdf>>. Acesso em: fev. 2021. p. 1.

A participação popular não está apenas na gestão das fortalezas, mas também nas ações educativas propostas a partir de um conceito ampliado de patrimônio cultural. As dez diretrizes foram aprofundadas por três grupos de trabalho, formados por participantes deste seminário. De acordo com a quinta diretriz, indica-se “promover ações de Educação Patrimonial nos bens” de modo a “incluir a comunidade local como público das ações do forte e da educação patrimonial”, e ainda “valorizar a experiência sensorial nos circuitos turísticos”.⁵⁹

Entretanto, para a população participar efetivamente das ações propostas, é preciso promover uma outra “gestão do conhecimento sobre as Fortificações, inclusive para a interpretação das fortificações”, e fomentar outras formas de produção de conhecimento sobre estas fortificações para além das “Universidades, escolas técnicas, escolas de Ofício”; ou seja, é preciso avançar além das proposições das diretrizes e grupos de trabalho formados pelos integrantes do comitê gestor da candidatura das fortalezas à patrimônio mundial.

As diretrizes da Carta do Recife ressignificam as parcerias entre as instituições à medida que estabelece um padrão adequado aos critérios definidos pela UNESCO para todo o conjunto de 19 fortificações brasileiras. Nesse sentido, Roberto Tonerá compartilha uma visão positiva sobre este processo para as fortalezas de Anhatomirim e Ratonas:

A UNESCO quer que [...] as responsabilidades pela gestão desse patrimônio sejam compartilhadas. Ele [UNESCO] entende que o se o município e o Estado não acham, ou não contribuem para a preservação daquele patrimônio, é porque acham que ele não é importante o suficiente para que eles se dediquem à sua preservação. Se eles nada fazem, ou nada contribuem para isso, é porque julgam que é secundário. Se é secundário, por que querem que nós reconheçamos como patrimônio da humanidade, se não é, sequer, patrimônio do município, ou do Estado? Essa é a pergunta que não quer calar.⁶⁰

Maria de Lourdes Alves Borges (Secretária de Cultura e Arte da UFSC) acredita que o papel da universidade, como tutora das fortalezas de Anhatomirim, Ratonas e Ponta Grossa é de “preservar esse patrimônio cultural”, de modo que “esse patrimônio cultural possa ser usufruído pela comunidade, não só a comunidade de Santa Catarina, mas também a comunidade brasileira e mundial”, conforme sua fala no vídeo *De ruínas*

59 INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. MINISTÉRIO da Cultura. MINISTÉRIO do Turismo. MINISTÉRIO da Defesa. *Carta do Recife*. Recife, 07 de abril de 2017. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/3280.pdf>>. Acesso em: fev. 2021. p. 2.

60 PEREIRA, P. M. *Entrevista com Roberto Tonerá (UFSC)*. 2020 (2h34m58s). Disponível em: <<https://youtu.be/fQ3vkIsCKKg>>. Acesso em: dez. 2020.

a *Patrimônio Cultural da Humanidade*.⁶¹ Em linha com Janice Gonçalves, entendemos que o papel da UFSC, no tocante à relação entre patrimônio cultural e educação, “deve estar escorado naquilo que as universidades, em princípio, podem melhor realizar”, isto é: “produzir conhecimento sobre o campo do patrimônio”, afastar-se de uma “perspectiva de inculcação, apriorística, acerca da importância dos bens patrimoniais”— que marcou a gestão da UFSC das fortalezas, como analisamos — e promover a reflexão crítica e o “questionamento dos acervos patrimoniais e dos procedimentos de patrimonialização”, bem como “estimular a autonomia intelectual dos educandos”, de modo a “formar tanto novos profissionais para o campo”, como “cidadãos mais preparados para compreender os processos sociais de construção de memória e suas relações com as produções materiais e imateriais das ações humanas”. A UFSC pode, também, estabelecer um “diálogo respeitoso (mas também crítico) com as instituições e os profissionais do campo”, em consonância com a Carta do Recife, o que implica, também, em uma revisão crítica da gestão das fortalezas pela UFSC para que um outro porvir seja possível.⁶²

A página da UFSC lista uma série de projetos que vêm sendo desenvolvidos pela CFISC: as Exposições Itinerantes sobre o “Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina”; o projeto *Aprender sobre história também é coisa de criança*; a parceria com a Escola do Mar através do projeto *Fortalezas da Ilha e Escola do Mar: conhecimentos compartilhados*; o projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como campo de ensino, pesquisa e extensão*.⁶³ É possível identificar nestes projetos uma continuidade das propostas para as fortalezas pelo no âmbito do *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na história brasileira (1989 – 1991)*. Estas propostas compartilham a mesma perspectiva historiográfica tradicional e a concepção patrimonial de *pedra e cal*, em detrimento de novas perspectivas e abordagens do patrimônio.⁶⁴

Entretanto, há outras possibilidades em aberto. O projeto *Vozes da Comunidade* teve sua primeira edição em julho de 2021, e tem como objetivo “resgatar, registrar e divulgar memórias relacionadas às fortificações, valorizando o que as pessoas sentem e pensam sobre esses monumentos”, reconhecendo que “existem muitas histórias para contar sobre as fortalezas e não só as que estão nos livros, mas também aquelas vividas

61 TV UFSC. *De ruínas à Patrimônio Cultural da Humanidade*. 2019. (05mo5s). Disponível em: <https://youtu.be/8wM1-c_aBGw>. Acesso em: 02 jan. 2020.

62 GONÇALVES, J. “Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural”. *Moudeion*, Canoas, n. 19, dez., p.83-97, 2014.

63 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.fortalezas.ufsc.br>>. Acesso em: dez. 2022.

64 PEREIRA, P. M. *As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratones e São José da Ponta Grossa*. Tese (doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

ou conhecidas pelos moradores da região”. Este projeto abre outras possibilidades de diálogo a partir do conceito ampliado de patrimônio cultural, após 40 anos de gestão das fortalezas pela UFSC.

É preciso incluir os moradores das comunidades do entorno das fortalezas para compartilhar as suas histórias e experiências com estes espaços, e, assim, incluir as narrativas populares sobre as fortalezas não como estórias, causos ou lendas, como narrativas menores, subalternizadas, mas valorizá-las tanto quanto as narrativas consagradas. É preciso reconhecer que as fortalezas também são lugares de memória popular, inscritas em outros tempos que não aquele “homogêneo e vazio”, da linearidade marcada pela sucessão de fatos, mas em um tempo prenhe de possibilidades — “tempos de agora” — que “relampejam” diante de nós no “momento de perigo”.⁶⁵ Este momento bem pode ser uma aula de História, uma visita pedagógica ou mesmo uma programação turística. É preciso reconhecer a dimensão imaterial do patrimônio se inscreve, também, na sua materialidade; que os bens de “pedra e cal” conservam expressões, referências culturais, saberes e fazeres dos sujeitos que compõe um cenário vasto e diverso socialmente como as fortalezas de Anhatomirim e Ratonés em mais de dois séculos de existência. Assim, estas fortalezas, reconhecidas como patrimônio mundial serão, de fato, pertencentes à toda a humanidade.

Considerações finais

O processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, continuado através do *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na história brasileira*, e amplificado com a candidatura das fortalezas de Anhatomirim e Ratonés à patrimônio da humanidade, ratifica esses monumentos como simultaneamente documentos de cultura e documentos de barbárie.

Há outras possibilidades em aberto — tanto ao longo deste processo, como, também, pela própria candidatura das fortalezas à patrimônio da humanidade. É possível reconhecer a *humanidade* para além da colonização portuguesa/europeia e do Estado nacional brasileiro, mas também na herança cultural açoriana, na presença africana, afro-brasileira e indígena nestes espaços desde o século XVIII até hoje. Entretanto, tal reconhecimento deve, primeiro, reconhecer que se trata de uma relação desigual à medida que alguns (poucos) sujeitos foram valorizados como personagens históricos e herdeiros legítimos deste patrimônio ao longo deste processo enquanto

65 BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1). p. 246.

outros foram subalternizados. Mais que *incluir* estes outros sujeitos, outras histórias, memórias e experiências, é preciso adotar este olhar desde baixo, do ponto de vista dos *vencidos*, para inaugurar uma outra patrimonialidade destes bens culturais.

É notável que as fortalezas catarinenses sejam reconhecidas como patrimônio mundial. Entretanto, antes, precisam ser reconhecidas como patrimônio das comunidades locais, da comunidade universitária, da Ilha de Santa Catarina; como bens que fazem parte da história brasileira, catarinense e ilhéu; como locais que abrigam histórias plurais, diversas; histórias já contadas pelos guias de turismo, presentes nos livros, materiais de divulgação e páginas na internet; e histórias que ainda precisam ser contadas — histórias locais, catarinenses, brasileiras, histórias da (e para a) humanidade.